

História: Espaço Fecundo para Diálogos 3



Antonio Gasparetto Júnior
Ana Paula Dutra Bôscarro
(Organizadores)

História:

Espaço Fecundo para Diálogos 3



Antonio Gasparetto Júnior
Ana Paula Dutra Bôscarro
(Organizadores)

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

H673 História [recurso eletrônico] : espaço fecundo para diálogos 3 / Organizadores Antonio Gasparetto Júnior, Ana Paula Dutra Bôscaro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-81740-02-3

DOI 10.22533/at.ed.023201102

1. História – Filosofia. 2. História - Historiografia. 3. Historiadores.
I. Gasparetto Júnior, Antonio. II. Bôscaro, Ana Paula Dutra.

CDD 907.2

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro *História: espaço fecundo para diálogos* oportuniza a discussão científica ao entorno da história do Brasil por intermédio de trabalhos diversos que compõem seus capítulos. Fruto de pesquisas recentes, seu principal objetivo consiste em divulgar novas perspectivas acerca de diferentes momentos históricos que marcaram a formação e o desenvolvimento da história do nosso país.

O período cronológico coberto no livro abrange praticamente toda a história do Brasil, desde o período colonial até finais do século XX. Os autores aqui reunidos apresentam trajetórias acadêmicas e perspectivas analíticas distintas, configurando, como o próprio título da obra sugere, um espaço fecundo para diálogos. Seus textos, entretanto, têm em comum a característica de serem resultados de pesquisas históricas originais, pautados em fontes documentais inéditas e/ou pouco exploradas.

Temas diversos e interessantes são, deste modo, discutidos em seus mais variados aspectos, políticos, econômicos, sociais e culturais. Os fatos históricos explorados, a despeito das diferenças temporais que os cercam, dialogam e se completam. Daí a importância de um livro composto por obras que versam sobre diferentes contextos, cujos construtores dos períodos abordados foram também dispare: grupos indígenas, comerciantes, mulheres, políticos, militares, etc.

Na primeira parte da obra estão reunidas análises históricas que dissertam sobre o período colonial e imperial brasileiros. Na segunda parte, trabalhos que abordam da Primeira República a acontecimentos iniciais que marcaram o século XX. Na terceira e última parte do livro reunimos diferentes análises históricas referentes aos noventa, trabalhos que aludem desde o período ditatorial aos novos métodos da História Oral.

Em síntese, a obra apresenta o estudo da sociedade brasileira através de múltiplas perspectivas, o que nos leva a constatar que a História se faz, cada vez mais, através de um exercício democrático e de cidadania, constituindo-se como palco profícuo para novos debates e aprendizado. A todos, o desejo de uma excelente leitura!

Ana Paula Dutra Bôscaro
Antonio Gasparetto Júnior

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESCRAVISMO INDÍGENA PAULISTA NA DEFINIÇÃO DO SISTEMA DA ADMINISTRAÇÃO. (SÉCULO XVII)	
Antonio Martins Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.0232011021	
CAPÍTULO 2	14
PIRATAS E CORSÁRIOS NO BRASIL: O CASO DE 14 DE FEVEREIRO DE 1630	
Valéria Silva Melo de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.0232011022	
CAPÍTULO 3	31
CACAU, CRAVO E AS “DROGAS DO SERTÃO”: O GOVERNADOR FRANCISCO XAVIER DE MENDONÇA FURTADO E A CRIAÇÃO DA COMPANHIA GERAL DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO	
Frederik Luiz Andrade de Matos Osimar da Silva Barros	
DOI 10.22533/at.ed.0232011023	
CAPÍTULO 4	46
ESCRITAS DE SI: A ARTE DA EXISTÊNCIA GRAFADA EM AUTOBIOGRAFIAS, DIÁRIOS PESSOAIS E RELATOS DE VIAGENS FEMININOS	
Maria Ester de Siqueira Rosin Sartori	
DOI 10.22533/at.ed.0232011024	
CAPÍTULO 5	60
CONSELHO GERAL DE PROVÍNCIA: PERCALÇOS E TENSÕES NA INSTALAÇÃO DE NOVAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS NA PROVÍNCIA DA BAHIA (1828-1830)	
Nora de Cassia Gomes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0232011025	
CAPÍTULO 6	71
“SUCCINTAS OBSERVAÇÕES SOBRE O ESTADO DESTA PARTE DO VASTO IMPERIO DO BRAZIL”: A PROVÍNCIA DO AMAZONAS SEGUNDO TENREIRO ARANHA, 1852	
Paulo de Oliveira Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.0232011026	
CAPÍTULO 7	84
A GUERRA DO PARAGUAI NO PIAUÍ: A BATALHA PELAS VONTADES ENTRE POLÍTICOS E JORNAIS	
Elton Larry Valerio	
DOI 10.22533/at.ed.0232011027	

CAPÍTULO 8	99
A SOCIEDADE AGRÍCOLA PARAENSE E OS OFÍCIOS DE CONSELHEIRA PROVINCIAL E PROPAGADORA DA CIÊNCIA AGRONÔMICA NO SÉCULO XIX	
Francivaldo Alves Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.0232011028	
CAPÍTULO 9	114
ENGENHARIA E POLÍTICA: OS DEBATES FERROVIÁRIOS NO CLUBE DE ENGENHARIA E A ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DO RIO DE JANEIRO (1880 - 1900)	
Fernanda Barbosa dos Reis Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.0232011029	
CAPÍTULO 10	127
A MÚSICA NOS NAVIOS E QUARTÉIS DA ARMADA BRASILEIRA ENTRE AS DÉCADAS DE 1850 E 1900	
Anderson de Rieti Santa Clara dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.02320110210	
CAPÍTULO 11	138
JORNAL CORREIO DE SÃO FÉLIX: ENTRE FATOS E NARRATIVAS DE UMA CIDADE	
José Alberto Nascimento de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.02320110211	
CAPÍTULO 12	148
“PEQUENOS EXÉRCITOS ESTADUAIS” NA PRIMEIRA REPÚBLICA: O CASO DA FORÇA PÚBLICA DE PERNAMBUCO NA HISTORIOGRAFIA	
Sandoval José dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.02320110212	
CAPÍTULO 13	161
CUIDANDO DO “FUTURO DO BRASIL”: O ATENDIMENTO MATERNO-INFANTIL NOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE PÚBLICA NO PIAUÍ (1889-1929)	
Joseanne Zingleara Soares Marinho	
DOI 10.22533/at.ed.02320110213	
CAPÍTULO 14	174
O ESTADO DE EXCEÇÃO COMO REGRA NO GOVERNO DE ARTHUR BERNARDES (1922-1926)	
Antonio Gasparetto Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.02320110214	
CAPÍTULO 15	185
A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE JOSÉ FRAGELLI (1947-1987)	
Vinicius de Carvalho Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.02320110215	

CAPÍTULO 16	195
OS CRONISTAS E SUA MUSA: RESSIGNIFICAÇÕES DO RIO DE JANEIRO DIANTE DA MUDANÇA DA CAPITAL	
Larissa Leal Neves	
DOI 10.22533/at.ed.02320110216	
CAPÍTULO 17	210
A JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA E OS GRUPOS REVOLUCIONÁRIOS EM VOLTA REDONDA (1962 -1971)	
Márcio Goulart Coutinho	
DOI 10.22533/at.ed.02320110217	
CAPÍTULO 18	224
A MAÇONARIA E A DITADURA CIVIL-MILITAR ENTRE O NACIONAL E O LOCAL: MEMÓRIAS MAÇÔNICAS EM TEMPOS DE CHUMBO	
Helton Anderson Xavier de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.02320110218	
CAPÍTULO 19	238
REGADIO NOS TEMPOS DE DITADURA: RELAÇÕES ENTRE ESTADO, CAPITAL NACIONAL E INTERNACIONAL (1964-1971)	
Mário Martins Viana Júnior Alfredo Ricardo da Silva Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.02320110219	
CAPÍTULO 20	252
ON DIRAIT JEQUIÉ: ESTRATÉGIAS NACIONAIS E REGIONAIS EM PAULO EMÍLIO SALLES GOMES	
Victor Santos Vigneron de La Jousselandière	
DOI 10.22533/at.ed.02320110220	
CAPÍTULO 21	267
MULHERES E DITADURA: A TRAJETÓRIA DE ISABEL TAVARES DA CUNHA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A DEMOCRACIA, FEMINISMO E OS DIREITOS HUMANOS NO PARÁ	
Rosinda da Silva Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.02320110221	
CAPÍTULO 22	281
XIFÓPAGAS - CORPO DE MULHER, CABEÇAS DE DITADURAS: GÊNERO E EROTISMO NOS CINEMAS BRASILEIRO E ARGENTINO (ANOS 70)	
Katharine Nataly Trajano Santos	
DOI 10.22533/at.ed.02320110222	
CAPÍTULO 23	295
MOVIMENTO “TERRAS DE NINGUÉM”: CONFLITOS E A LUTA PELA POSSE DE TERRA URBANA - CASA AMARELA, RECIFE – PE	
Sebastião Alves da Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.02320110223	

CAPÍTULO 24	308
A MEMÓRIA SOCIAL DOS MORADORES DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA-RJ E SUAS ÁGUAS MEDICINAIS	
<i>Mariana Arruda Muniz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.02320110224	
SOBRE OS ORGANIZADORES.....	325
ÍNDICE REMISSIVO	326

ENGENHARIA E POLÍTICA: OS DEBATES FERROVIÁRIOS NO CLUBE DE ENGENHARIA E A ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DO RIO DE JANEIRO (1880 - 1900)

Data de aceite: 28/01/2020

Fernanda Barbosa dos Reis Rodrigues

Museu de Astronomia e Ciências Afins
fernandabarbosa.reis@gmail.com

INTRODUÇÃO

Apresentamos nesse ensaio parte dos resultados de nossa pesquisa de mestrado, realizada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), cujo tema de estudo foi a trajetória, atuação e conjunto de intervenções e articulações definidas por engenheiros civis brasileiros que, através do Clube de Engenharia, fundado 1880, assumem forte papel na formulação e condução de políticas públicas no país e, especialmente, na província do Rio de Janeiro, então capital do Império. Nesta exposição, concentramos nossa discussão nos debates a respeito das ferrovias, que se dão no interior do Clube entre finais dos anos 1880 e anos 1890, e que desnudam importantes questões políticas e econômicas do período.

A partir de 1830 no Brasil, a montagem das primeiras grandes ferrovias nacionais

será uma das principais políticas públicas do governo imperial, haja vista a intensificação das atividades comerciais e crescimento populacional na região sudeste proveniente da exploração aurífera que se mantém até final do século XVIII e expansão da cafeicultura e da classe senhorial no Vale do Paraíba Fluminense, coração político, econômico e administrativo do Império brasileiro.

A linha política conservadora, impressa pela trindade Saquarema, como exemplifica o Decreto nº 641, de 26 de julho de 1852, reorganiza a concessão de linhas férreas para integrar a Corte, a região do Vale do Paraíba e as províncias de São Paulo e Minas Gerais através da Serra do Mar. Nesse contexto, observa-se o início do processo de formação de um novo campo de saber técnico-científico, o da engenharia civil, desatrelado do Ministério da Guerra e das competências militares, e voltado para a formação de engenheiros não-militares, agremiados nas grandes obras de infraestrutura para o beneficiamento da produção agroexportadora e intensificação do fluxo de mercadorias e pessoas.

Referenciados em um paradigma historiográfico que atesta íntima relação entre a escravidão e a formação do Estado brasileiro

através dos grandes fazendeiros escravistas fluminenses e do núcleo Saquarema do Partido Conservador da Província do Rio de Janeiro, lançamos mão de uma apreensão marxista-gramsciana de nosso objeto, cujo ponto de partida é a negação de uma concepção *liberal* de Estado - como “coisa”, ou como “agente” autônomo, descolado do todo social - e afirmação da relação social que o substancia, qual seja: a da *sociedade civil e sociedade política*.

Ao entendermos a sociedade civil na perspectiva do materialismo histórico de Antonio Gramsci, enquanto um *momento* ideológico de organização de formas de pensamento e percepção do mundo aparente que expressam o projeto de uma dada classe ou fração de classe hegemônica sobre as demais – dominantes e dominadas – estamos compreendendo o período de meados do século XIX em diante no Brasil como um processo de ampliação – em caráter seletivo e molecular – do Estado; isto é, a formação de instâncias privadas – espontâneas – de formulação e deliberação política.

A constituição do Clube de Engenharia expõe um processo de construção de uma instância política fora do *estado restrito*, estabelecendo-se, a entidade, enquanto um espaço decisório e administrativo de assuntos do governo. Nosso esforço é o de afirmar o caráter mutável do Clube, refutando uma compreensão do mesmo sob a forma de uma entidade acabada e homogênea e analisando as continuidades e as rupturas em seus projetos, fundamentados na percepção de um processo de ampliação seletiva do Estado, verificado, principalmente, no acirramento das disputas no interior das frações de classes dominantes e seus projetos.

Nesse sentido, os debates acerca das tarifações da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB), no Rio, principal ferrovia regional – e nacional –, expressam tais disputas, dado o contexto de alteração das relações de trabalho e estrutura produtiva advinda com a abolição da escravatura, em 1888, crise do setor agroexportador e reorganização das forças econômicas e políticas, que se voltarão para o ramo da circulação de mercadorias, fortalecimento do mercado interno com a diversificação da produção rural e, principalmente, obras de “melhoramentos” urbanos. Um processo, portanto, de franca modificação econômica e social, de ampliação, adensamento e complexificação da relação que conforma o Estado segundo o referencial gramsciano.

A NASCENTE ENGENHARIA CIVIL

Desde os anos 1820, há uma discussão institucional a respeito das competências dos engenheiros militares e exigências novas e específicas de uma engenharia civil. De acordo com Pedro Carlos da Silva Telles (1994), com diversas alterações de conteúdo no currículo e na denominação da Real Academia Militar, centro de formação dos engenheiros militares até então – vindo a ser nomeada de Escola

Militar da Corte em 1832, Escola Militar em 1840 e Escola Central em 1858 –, e diante da necessidade de criação de “uma classe de engenheiros privativa para as obras hidráulicas e de pontes e calçadas, ficando os engenheiros militares desonerados de semelhantes trabalhos, que além de serem mais civis do que militares, exigiam uma aplicação e prática particular”, como explícito no parecer coronel engenheiro Francisco Villela Barbosa, futuro Marquês do Paranaguá, enviado ao Imperador D. Pedro I em 1823, ocorreria a separação definitiva entre ambas as áreas do ensino de Engenharia, reclamada pela contradição entre os requisitos de formação dos oficiais militares e engenheiros civis.

O esforço de diferenciação no currículo das categorias militar e civil expressa, assim, as especificidades das competências exigidas por cada uma. As grandes obras necessárias à criação de uma infraestrutura urbana, energética e de transportes que desse conta do incremento das atividades comerciais ao longo daquele século, e da montagem do complexo cafeeiro confundem-se, portanto, com o estabelecimento do campo profissional da engenharia civil.

A partir da década de 1850, a cidade do Rio vivenciará um significativo crescimento populacional, em muito devido à importação de escravos vindos do nordeste – em vista da proibição do tráfico internacional dos cativos –, e às primeiras levadas de imigrantes estrangeiros. De acordo com Pedro Marinho (2008), o município do Rio contava com uma população estimada em 137 mil habitantes em finais da década de 1830, e este número saltaria para mais de meio milhão, em 1890.

Dentro desse processo, o discurso civilizador perpassava e, muitas vezes, se confundia com o discurso do progresso técnico, em meio ao desenvolvimento das forças produtivas e de centros industriais, abertura de estradas de ferro e expressividade da nova profissão de engenheiro civil – a despeito de uma realidade material assentada sobre o trabalho escravo. A ideia de “progresso”, nesse sentido, articulava-se à necessidade de se adquirir novos conhecimentos através das novas técnicas e saberes científicos.

As estradas de ferro e as locomotivas movidas a vapor ocuparam um espaço de pesquisa, investimentos científicos e disputas políticas, além do estudo dos terrenos, desenvolvimento técnico de materiais e instrumentos, debates e formulações de leis e decretos que legitimaram, financiaram e incentivaram aqueles esforços. Desta feita, a promoção de obras públicas em muito representará a alavanca para o dito progresso material da nação, com a intensificação das obras de “benfeitorias” a partir de 1870, possibilitadas pelo crescimento do comércio em escala mundial.

A esse respeito, Vania Maria Cury (2012) elucida a percepção, por parte dos engenheiros brasileiros, de que sua ciência teria como principal qualidade a “ação regeneradora”, fundamentalmente concretizada nos centros urbanos, e que estava vinculada aos serviços e obras públicas.

Não de outro modo, a relação entre os engenheiros e as cidades pode ser pensada como parte indissociável do contexto histórico de nascimento do moderno urbanismo brasileiro, quando a “construção e a administração dos centros urbanos passaram a ser conduzidas por corpos técnicos, com uma sólida formação científica” (Cury, 2012, p. 1).

Através do Decreto nº. 1.536, de 1855, determina-se a concentração das cadeiras de formação técnica e teórica para os engenheiros militares na Escola de Aplicação do Exército, a ser instalada na Fortaleza da Praia Vermelha, ficando na Escola do Largo de São Francisco, na região central da cidade do Rio, somente os cursos de Matemática, Ciências Físicas e de Engenharia, ainda sob o controle do Ministério da Guerra.

De acordo com o artigo 2º do decreto, a Escola Central passaria a destinar-se ao ensino das Matemáticas e Ciências Físicas e também das doutrinas próprias de Engenharia Civil, ficando a grade dos cursos organizada entre um conteúdo fundamental nos quatro primeiros anos, e outro, suplementar, de Engenharia Civil, de dois anos.

Em um primeiro momento, a principal agência de organização profissional daqueles engenheiros foi o Instituto Politécnico Brasileiro (IPB), fundado em 1862, a cujo respeito Marinho atesta o que chama de um “processo de construção de um campo profissional específico, o qual buscava autonomia dentro do contexto de especialização e profissionalização, acompanhando de perto os novos aspectos das práticas e saberes da Engenharia Civil”. (MARINHO, 2008, p. 154). Um dos objetivos basilares da instituição era o de reunir conhecimento e experiências dos diferentes ramos de engenharia e assuntos similares. Do mesmo modo e no mesmo ano é criado o Corpo de Engenheiro Civis do Ministério da Agricultura, então Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Um ano após, a Escola Central passa a concentrar tão somente os cursos de formação dos engenheiros civis, não se voltando, assim, à formação de Infantaria, Cavalaria ou Artilharia. Em 1874 foi criada a Escola Politécnica do Rio de Janeiro – em substituição à Escola Central –, marcando a plena autonomia do engenheiro civil, que desvincula-se, efetivamente, do ensino militar, expondo a necessidade se estabelecer os estudos teóricos e a urgência da ampliação do corpo de engenharia civil no país.

Anos mais tarde, em 1880, será fundado no Rio de Janeiro o Clube de Engenharia, agência que transcenderá os limites de uma associação tão somente profissional, congregando industriais, comerciantes, proprietários de terras e capitalistas, e que assume papel basilar na formulação de políticas públicas e consolidação de projetos que se erguem sobre uma determinada estrutura econômica de dominação e, do mesmo modo, garantem a sua reprodução.

O CLUBE DE ENGENHARIA É OS DEBATES FERROVIÁRIOS

Uma das responsabilidades centrais da agremiação foi a de organizar e dirigir demandas concernentes às ferrovias, que englobavam o estudo para um plano de viação de todo o território nacional, bem como a concessão de ramais, direção do traçado das vias, prolongamento e encampação das estradas de ferro, tarifação, dentre outras, interferindo diretamente nos serviços prestados pelas vias férreas e conduzindo os rumos das empresas ligadas às atividades de transporte.

Em seus primeiros anos, o Clube foi sede e organizador de eventos importantes para o ramo ferroviário, como o 1º Congresso de Estradas de Ferro do Brasil (1882) e da Exposição das Estradas de Ferro (1887), no contexto de estabelecimento da Inspetoria Geral das Estradas de Ferro (1883). De igual maneira, se deu no interior da entidade, a partir da análise do conteúdo das publicações e atas das *Revistas do Clube de Engenharia*, uma série de discussões concernentes às tarifações das ferrovias.

Em ata da sessão de 11 de Outubro de 1897, é possível localizar notícias publicadas no Jornal do Comércio nos dias 8 e 9 daquele mês a respeito da proposta do engenheiro Francisco Pereira Passos, então diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) – parte da antiga Estrada de Ferro D. Pedro II, primeira grande ferrovia nacional –, que apontava para um aumento das tarifas e preços de passagens sobre a ferrovia.

Passos previa a necessidade de um aumento de 100% sobre as taxas de transporte dos passageiros e de 50% no de mercadorias, bagagens, encomendas, veículos e animais, anulando o abatimento de 50% que até então gozava o transporte de carne verde (carne bovina recém abatida) e das passagens de ida e volta. Apenas o serviço das bagagens e encomendas deixava margem para lucro da ferrovia, de propriedade do Estado, encampada em 1865.

Em ata da sessão de 16 de Outubro de 1897 é lida a mensagem do engenheiro Antonio Augusto Fernandes Pinheiro, duas vezes presidente do Clube – tendo deixado o cargo no ano anterior – disposta na Gazetilha do Jornal do Comércio, de 13 de Outubro do mesmo ano, em que o engenheiro sustenta a necessidade de se fazer valer a proposta de Passos, acusando intransigência da parte dos diretores do Clube e lamentando o “socialismo de Estado” presente na retórica dos que se colocavam contra o aumento das tarifas.

Pinheiro endossa o fato de que a manutenção das tarifas baixa representaria “onerar o país inteiro em proveito de uma limitada zona, cujos interesses, muito respeitáveis, é certo, não podem ser atendidos com prejuízo da comunhão brasileira” (Revista do Clube de Engenharia, vol. 3, nº1, 1897, p. 8). O então presidente do Clube, engenheiro Antonio Maria de Oliveira Bulhões replica o parecer de Pinheiro

em tom acusatório a Passos, em sua qualidade de “delegado de confiança” do governo – dando a entender que os interesses do governo estariam em desacordo com os princípios defendidos pelo Clube de Engenharia. Sua fala se encerra em defesa dos “interesses da lavoura e da indústria” (diretamente ligadas à EFCB), que não poderiam ser sacrificadas em nome da renda da estrada.

Segue à referida fala o parecer do então primeiro-vice presidente, Aarão Reis, que acusa Passos de uma precipitação ao lado do governo, supostamente oriunda da não reeleição para presidência do Clube e conseqüente afastamento da entidade – esperando que não tenham arrefecidos o “patriotismo e o pundonor”, e criticando a proposta de elevação de tarifas de transportes por porcentagens gerais, que poderia “ser tudo quanto quiserem, menos uma medida administrativa apresentável por um profissional da estatura técnica do atual diretor da Central” (p. 16).

Finalmente, com exceção dos votos do engenheiro José Américo e Carvalho de Sousa, a diretoria do Clube deliberou, com discurso de Aarão Reis, que o aumento não deveria ser realizado com base em cálculos de porcentagens gerais, mas por uma revisão racional das tarifas da mesma estrada, reconhecendo a possível necessidade de um acréscimo sobre os fretes da EFCB. Desse modo, ficava aberto o debate, realizado em sessões públicas, com nomeação ulterior de uma comissão encarregada de formular em conclusões o resumo das medidas a tomar, vencidas na referida discussão.

Segue-se daí outras falas e, em seguida, Paulo de Frontin tomou a palavra, expondo que não tomaria parte na discussão em razão de ser antecessor de Passos na presidência da EFCB, mas reafirmou a possibilidade de atender aos interesses do Estado, sem que deixasse de ter-se consideração pelos da lavoura, indústria e comércio servidos pela EFCB (pp. 27 – 28). Frontin resgatou o histórico de alterações das tarifas e seus valores para cada categoria, citando o aviso de 6 de Setembro de 1892, atendendo ao que o Clube de Engenharia propôs a respeito de uma revisão das tarifas – e seguiu-se daí uma relatoria sobre as taxas.

O engenheiro encerrou o discurso favorável à proposta de Passos e à do Clube, de elevação dos valores e estabelecimento de uma lei geral das tarifas, respectivamente, justificando que, dessa forma, seriam atendidos aos interesses do Estado, da lavoura e da indústria, sem que a EFCB fosse transformada, de serviço industrial, à “fonte de impostos de transportes onerosíssimo à zona que ela percorre” (p. 31).

Uma vez aberto o debate, em ata da sessão de 21 de Outubro de 1897, Aarão Reis fez fala expondo os prejuízos possíveis que recairiam sobre uma das regiões mais produtoras da União (sic). O mesmo chegou a mencionar que isso seria um movimento “do capitalismo e seu interesse egoístico e incontestável de procurar generalizar todo o país, de norte a sul” (p.33). O engenheiro conduziu uma longa

apreciação sobre o debate, exigindo a aplicação da razão e do estudo, característicos do espírito republicano (sic), para a determinação de questão tão central como o era o debate acerca das tarifas.

Demais, questiona se, na qualidade de uma via-férrea pertencente ao Estado, seria de competência integral e ilimitada do Poder Executivo a confecção das tarifas, livre de um teto máximo de competência do Legislativo, justificando que uma via férrea constitui verdadeira indústria destinada à realização do serviço de transporte de pessoas e coisas. Sua essência, porém, contém dois elementos: 1º, a necessidade de seu acesso só poder ter lugar para veículos e motor a ela apropriados; 2º, a existência desses veículos e motor e a natureza destes faz da via-férrea uma indústria *sui generis*, à qual não são aplicáveis os princípios gerais que regulam todas as outras indústrias. E prossegue, afirmando que a ferrovia exige e constitui de fato verdadeiro monopólio, “que traz como consequência a ausência absoluta da livre concorrência e, por conseguinte, a impossibilidade da realização da lei da oferta e da procura”.

Sob tais condições, seria natural admitir a interposição da autoridade estatal entre o expedidor e o empresário, em vias de regulamentação das tarifas, tal como havia se dado mesmo nos países em que se procurou estabelecer tal indústria sobre os princípios liberais – Estados Unidos e Inglaterra. Nesse sentido, o Estado, na posição de explorador das estradas de ferro, se constituiria como verdadeiro industrial, estando, assim, sujeito às mesmas regras que deveriam imperar na organização das suas tarifas.

Finalmente, nas considerações finais do Clube de Engenharia a esse respeito, ficava deliberado que, para a formulação de uma tarifação nacional da via férrea Central do Brasil, deviam ser considerados, em primeiro lugar, o custo médio dos transportes – calculado anualmente; em segundo, o valor dos produtos transportados nos mercados consumidores para as mercadorias; em terceiro, a importância do serviço prestado, quanto ao transporte de passageiros; e, por fim, o equilíbrio entre a receita e a despesa e, mais ainda, os juros do capital nela empregado. As conclusões foram adotadas pelo voto sem restrições dos diretores da instituição: Oliveira Bulhões (presidente), Aarão Reis (1º vice-presidente), Gabriel Osório de Almeida, Daniel Henninger, Horácio Antunes, Eugenio de Barros Raja Gabaglia, Francisco Liberalli, Frederico Smith de Vasconcellos (segundo secretário), Eduardo Limoeiro (primeiro secretário); e de José de Carvalho Souza e Joaquim Silvério Castro Barbosa com restrições.

Não consta no anuário das Revistas do Clube de Engenharia edições nos anos subsequentes a esse debate (1898 e 1899), assim como falta no índice dos sumários das publicações mais informações a respeito do desfecho daquela discussão. Entretanto, nas edições dos anos de 1900 e 1901 (volume 4, nº 1 e 2), em vista

da realização do Congresso de Engenharia e Indústria de (1900/1901), é possível perceber o prosseguimento das discussões a respeito das tarifações ferroviárias. Ao nos depararmos com a relevância e centralidade que assumiu tal discussão nas publicações e sessões de reunião do Clube, cabe-nos identificar os possíveis interesses em disputa, e o contexto em que o debate é desenvolvido.

Antes de mais nada, para compreendermos algumas das polêmicas acerca da administração das vias-férreas, é necessário atentar à legislação referente às tarifas e à garantia de juros sobre as ferrovias no país e, para tanto, é necessário perceber que não há um consenso claro no seio das frações de classe agrárias dominantes em relação aos prazos e vigências das franquias aduaneiras.

A esse respeito, Marinho (2008) demonstra que a lei de nº 2237, de 3 de Maio de 1873, estendia às concessões de vias férreas do Brasil, gerais, provinciais e municipais uma ampliação de facilidades alfandegárias, eliminando prazo tanto para o material como para o combustível, o que beneficiava as linhas menos onerosas, de bitolas de um metro, que tivessem surgido por iniciativas locais na bacia do Paraíba do Sul e São Paulo. Entretanto, no Primeiro Congresso das Estradas de Ferro, em 1882, por proposta de Paulo de Frontin, fica determinada a não concessão de franquias aduaneiras para qualquer importação ferroviária, num exemplo de uma linha tributária vinculada à política geral de protecionismo.

Nesse sentido, a política alfandegária mantinha duas vertentes em relação às ferrovias, favorecendo prioritariamente as linhas de concessão do governo imperial e, secundariamente, as estradas estaduais e municipais.

Enquanto que para alguns produtos agrícolas o limite recaía sobre uma quantidade de produto, para outros era necessário ter em consideração o valor do produto e também a respetiva quantidade. Diante desse debate, interessa-nos as disputas forjadas no seio do Clube de Engenharia, reunindo membros com uma trajetória e vínculos de trabalho e de poder – que circulavam entre postos administrativos do Estado e inscrevendo-se em outras agremiações que não exclusivamente o Clube de Engenharia – que em muito regulava suas posições internas e, do mesmo modo, inflexões nas decisões, pareceres e projetos da entidade.

Francisco Pereira Passos, considerado, em muito, uma figura “estranha” aos assuntos do Clube em meio à polêmica de aumento das tarifas, desempenhou um papel interessante na agremiação, com formação e prestígio adquiridos no seio dos assuntos estratégicos do Império e das estradas de ferro ao longo do século XIX, vindo a se tornar empresário da construção civil e prefeito da capital da República em 1902, sob cujo governo será realizada uma das mais importantes reformas urbanas da cidade. Foi um dos fundadores do Clube e, como sócio efetivo, compôs o sua Diretoria até 1886.

Ao seu lado nos debates, José Américo, também engenheiro e empresário, diplomado pela Escola Central, transitou entre o trabalho em ferrovias e obras públicas do Porto do Rio de Janeiro, foi um dos fundadores do Clube e compôs seu Conselho Diretor entre 1881 e 1886 e, posteriormente, entre 1886 e 1904.

Tais agentes terão em comum a penetração em assuntos urbanos, no que diz respeito aos “melhoramentos”, e/ou ligados a atividades fabris.

Dentre os membros do Conselho Diretor que pautaram a discussão e se opuseram ao aumento das tarifas, se não por uma revisão geral dos valores, localizamos os sócios Fernandes Pinheiro, também diplomado pela Escola Central, quem estruturou sua carreira no ramo das estradas de ferro, assumindo o cargo de Diretor da EFDPII entre 1881 e 1884, se tornando, posteriormente, um representante industrial no Clube, como sócio-honorário da Associação Industrial e Presidente da Seção de Indústria Fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), verdadeiro órgão técnico consultivo do Império (BASTOS, 1952), entre 1880 e 1888; Aarão Reis, uma figura central para a agremiação, com atividades ligadas às ferrovias e assuntos urbanos, com inscrição na sociedade política ao longo do governo republicano como deputado federal, diretor de obras, conselheiro, tornando-se também empresário e industrial; Gabriel Osório de Almeida, importante quadro da Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II na década de 1870 e, já na República, vinculado ao empresário Cândido Gaffrée para assumir o cargo diretivo da Cia Docas de Santos; além de demais membros, fortemente vinculados, ainda naquele momento, às frações agrárias fluminenses e administração ferroviária.

Os debates a respeito das tarifações de uma das atividades econômicas mais importantes do Império e primeiros anos da República no Rio expõem, no contexto de alteração das relações de trabalho e estrutura produtiva advinda com a abolição da escravatura, em 1888, e crise do setor agroexportador, uma reorganização das forças econômicas, que se voltam para o ramo da circulação de mercadorias, fortalecimento de um mercado interno com a diversificação da produção rural e, principalmente, obras de *melhoramentos* urbanos. Naquele mesmo contexto, com o fim do sistema escravista, há um crescimento de necessidades que atendessem àquela população agora livre, que se expressou no aumento dos transportes realizados pela EFCB.

As estações ferroviárias da Gamboa, Central e S. Diogo trabalhavam em um movimento de importação superior ao de exportação, isto é, um movimento de cargas expedidas superior às recebidas, com exclusão do café, o que move uma discussão a respeito da necessidade de otimização da circulação de mercadorias e pessoas, bem como das levas de imigrantes, concentradas no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Em sessão de abril de 1892, o presidente Mello Barreto expôs os dados coletados durante o tempo em que o mesmo esteve dirigindo os trabalhos da seção de contabilidade da E. F. Central do Brasil, realizando estudos comparativos entre

as receitas de cada estação ferroviária. O presidente chama ainda atenção para o que chama de “golpes de Estado de 1889”, responsáveis por alterar quase toda a corporação de engenheiros-chefes dos diversos serviços, o que, diante de um aumento imprevisto nos transportes, tornou-se um grave problema.

Há a eliminação dos lugares de chefes de contabilidade, tráfego e locomoção, que passaram a ser ocupados por um só engenheiro. Tais alterações são aprofundadas ao longo do período posterior ao golpe republicano quando, através do decreto de nº 2424 de 2 de Janeiro de 1897, foi declarada extinta a Inspeção Geral de Estradas de Ferro e, conjuntamente, no decreto de nº 2425, é suprimida a fiscalização dos engenhos centrais, cujo serviço passaria a ser desempenhado pelos fiscais das estradas de ferro sem aumento de vencimentos e conforme as instruções expedidas pelo Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Em função dos atos, estavam dispensados dos cargos que ocupavam junto aos negócios ferroviários os engenheiros João Chrockatt de Sá, então Inspetor Geral das Estradas de Ferro no Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas; diversos engenheiros fiscais de 1ª, 2ª e 3ª classes, além de ajudantes e secretários; o engenheiro Manuel Maria de Carvalho do cargo de Inspetor Geral de Emigração, Terras e Colonização, e demais engenheiros nos cargos de 1º, 2º e 3º ajudantes. Dos prolongamentos das Estradas de Ferro arrendadas – Central da Paraíba; de São Francisco; Porto Alegre a Uruguaiana e Central do Brasil – são também dispensados diversos engenheiros de primeira classe.

Ocorre que o Clube de Engenharia passou por um ponto de inflexão decisivo com o golpe republicano e, naquele momento, houve um aumento significativo de sócios incluídos no Conselho Diretor, inclusive com a criação da categoria de “Suplentes do Conselho Diretor”, o que indica a busca de legitimação junto à correlação de forças que passava a vigorar.

No bojo de tais modificações, excedendo os desentendimentos acerca da forma de governo, o que há de mais relevante é perceber que as frações dominantes representadas pelos empresários, empreiteiros e industriais, que sobrevivem com maior grau de coesão à crise no bloco imperial-escravista, buscarão disputar espaço no interior do Clube em meio a um processo de reorganização dos cargos, postos de poder e vinculações daqueles engenheiros que passam a compor o Conselho Diretor e a pautar os debates e deliberações da agremiação (MARINHO, 2008).

A partir de documentação com as propostas de admissão dos sócios do Clube entre os anos de 1880 e 1930, Maria Inês Turazzi (1989) aferiu que, de um total de 1517 sócios, aproximadamente 30% do total (452 deles) eram engenheiros ligados à construção civil, estradas de ferro, etc, e cerca de 22% do total das propostas (355 membros) se autodenominavam “industriais” ou “negociantes”.

Demais, a autora observou que muitos dos membros do Clube, identificados a

diferentes associações profissionais, tinham cargos diretivos de empresas, ou, ainda, tinham ligação com frações de classe diretamente relacionadas com a indústria. É o caso, por exemplo, dos vínculos de alguns membros com a diretoria da Associação Industrial – dissidência da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), e de orientação protecionista – e ao Centro Industrial do Brasil (CIB), como o caso de Vieira Souto, Aarão Reis e Gabriel Ozório de Almeida. Tais membros, que assumem a direção e compõe parte do Conselho Diretor a partir de final dos oitocentos vão estabelecer, portanto, vínculos com entidades empresariais e industriais.

Esses exemplos expõem o fato de que muitos dos engenheiros do Clube desempenharam, simultaneamente a seu exercício profissional, atividades empresariais e nos ramos industriais, ampliando sua participação na sociedade civil, além de ocuparem cargos de vereadores, senadores, deputados, prefeitos, além de outros espaços na sociedade política. Estavam, aqueles agentes, portanto, em duas frentes de ação e organização.

Nesse sentido, torna-se possível identificar a reafirmação dos assuntos e negócios tangentes às ferrovias no país ao longo das sessões e publicações da entidade naquele período. As estradas de ferro cumpriam a função fundamental de integração dos territórios, otimização do comércio importador, integração dos diferentes pontos da região e prestação do serviço dos transportes coletivos, em especial os bondes, movidos à eletricidade – que tornou-se um pujante mercado de disputa na cidade do Rio em meados da primeira década do século XX.

O Clube, que nasce e cresce ainda no seio de uma monarquia agrária e escravista, cria as bases de consolidação de sua função enquanto instância política externa ao estado restrito, define políticas vinculadas aos interesses das frações econômicas que ganham força em meio às modificações das condições estruturais expostas na então capital federal com a crise do setor cafeeiro e decadência política dos Saquaremas (MATTOS, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Capaz de se modificar em meio às profundas alterações políticas e econômicas do período por nós estudado, o Clube de Engenharia, desde o momento de sua fundação até o final da primeira década do século XX, quando se encerra o primeiro ciclo de grandes obras e da nova agenda de intervenção política e social que se forja naquela agência na virada dos oitocentos, se reafirma como objeto fundamental de estudo para a compreensão da formação do Estado brasileiro e de nossas classes dominantes.

Em meio à crise do Império e no interior do bloco imperial-escravista, a fundação do Clube de Engenharia, em 1880, expressará o ápice do processo de

consolidação da capacidade organizativa das frações de classe diretamente ligadas ao beneficiamento da produção cafeeira – proprietários de terras e escravos, negociantes e comerciantes fluminenses – pelos engenheiros, agindo, aquela categoria, enquanto “porta-voz” e organizadora dos interesses daquelas frações.

Buscando ir além de uma análise do Clube enquanto um produto acabado, impresso por interesses das frações de classe que se descolam do comércio agroexportador, buscamos demonstrar de que forma aquela entidade se modificará – tanto em sua composição, quanto nos projetos e políticas que gerenciará –, expressando as disputas, rupturas e transformações gestadas no interior das classes dominantes, que marcarão o final do Império e a virada do século XIX para o XX no país.

Por essa razão é que reafirmamos a condição de agência política daquela agremiação, chamando atenção para o fato de que a alteração na correlação de forças econômicas e políticas do período reverbera internamente no Clube, e que o mesmo se reorganiza e assume, a partir de 1900.

Baseados na análise da trajetória dos dirigentes do Clube no período referido, percebemos a ocupação de cargos e desenvolvimento de atividades que extrapolam a “engenharia imperial”, predominante ainda nos oitocentos, vindo, inclusive, parte daqueles agentes a tornarem-se donos e/ou acionistas de indústrias, empresas e empreiteiras, com capilaridade nas questões de infraestrutura urbana, especialmente saneamento, energia elétrica, portos, obras de calçamento e negócios do capital imobiliário.

Não estavam, aqueles agentes, portanto, encerrados nas Academias ou agremiações profissionais, se não que participaram ativamente da vida política e das modificações materiais vivenciadas pelo país e a cidade e estado do Rio. Identificamos a modificação da estrutura de produção brasileira enquanto parte integrante – em caráter subalternizado e dependente – da expansão do modo de produção capitalista no mundo a partir de seus epicentros – Estados Unidos, Inglaterra e França –, vindo, o Clube de Engenharia, a assumir o papel de operacionalizador das condições materiais e culturais do desenvolvimento do capitalismo no país na qualidade de representantes dessa modernidade – uma modernidade para o Capital.

REFERÊNCIAS

CURY, Vania Maria. *Engenheiros e empresários: O Clube de Engenharia na gestão de Paulo de Frontin (1903-19033)*. Doutorado em História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a formação da cultura*. São Paulo: Circulo do livro, s/d. _____ . *Cadernos do cárcere: introdução ao estudo da filosofia e a filosofia de Benedetto Croce*. 5. ed. Tradução Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HANSEN, Claudia. *Eletricidade no Brasil da Primeira República – A CBEE e os Ginle no Distrito Federal (1904 – 1923)*. Tese de Doutorado. Niterói, UFF, 2012.

LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994; LOBO, Eulália. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1978;

MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *Ampliando o Estado Imperial: Os engenheiros e a organização da cultura do Brasil Oitocentista (1874-1888)*. Niterói. Dissertação (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

MATTOS, Ilmar Rohloff de (2004). *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1986;

MENDONÇA, Sonia & FONTES, Virginia, *História e Teoria Política*, In: CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo (coord.), *Novos caminhos da História*, RJ: Editora Campus/Elsevier, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986;

TURAZZI, Maria Inez, *A Euforia do Progresso e a Imposição da Ordem: a Engenharia, a Indústria e a Imposição do trabalho na vira do século XIX ao XX*, Rio de Janeiro: COPPE, São Paulo: Maro Zero, 1989.

Fontes:

Revistas do Clube de Engenharia.

Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/per8036/per8036.htm

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 31, 33, 41, 43, 71, 73, 75, 76, 84, 93, 99, 102, 103, 108, 117, 121, 122, 140, 142, 144, 156, 166, 167, 173, 227, 240, 245, 300, 325
Águas medicinais 308, 309, 310, 311, 323
Amazônia 4, 44, 73, 78, 80, 81, 82, 100, 101, 242, 245, 249, 267, 269, 270, 272, 275, 280
Armada brasileira 127
Arthur bernardes 174, 175, 176, 177, 179, 180, 182, 183, 184
Assistência materno-infantil 161

B

Biografia 185, 189, 190, 191, 192, 193, 267, 279

C

Ciência agronômica 99
Cinema 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294
Companhia das índias ocidentais 14, 15, 25
Companhia geral do grão-Pará e Maranhão 31, 32, 44, 45
Conflitos 5, 6, 7, 10, 18, 24, 46, 51, 53, 54, 82, 156, 157, 159, 213, 235, 242, 250, 268, 270, 289, 295, 296, 298, 304
Conselho geral de província 60, 62, 63, 69
Crítica 52, 53, 110, 112, 193, 203, 216, 250, 252, 254, 255, 256, 257, 258, 263, 264, 265, 266, 277, 289
Cronistas brasileiros 195, 204
Cultura marítima 127

D

Debates ferroviários 114, 118
Direitos humanos 58, 176, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 274, 275, 278, 279, 280, 292
Ditadura civil-militar 221, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 234, 235, 236, 240, 242, 247, 248, 285, 296, 301
Drogas do sertão 31, 32, 41, 44, 76, 81

E

Elites políticas 71, 185
Empresários 123, 125, 186, 238, 242, 243, 246, 249, 250, 288
Engenharia e Política 114
Escravidão indígena 1, 8
Estado de sítio 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184
Estudos de gênero 59, 281

F

Feminismo 59, 267, 270, 271, 272, 279

Força pública 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 159, 160

G

Grupos de esquerda 210, 217

Guerra do Paraguai 84, 88, 89, 91, 96, 97, 98, 129, 137

H

História oral 185, 188, 189, 191, 193, 278, 279, 280, 297, 307, 308, 309, 322, 323

I

Império do Brasil 70, 77, 84, 85, 86, 96, 108

Imprensa 12, 29, 45, 48, 54, 58, 84, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 98, 138, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 150, 173, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 189, 209, 245, 249, 251, 254, 260, 268, 294

J

Jornal Correio 138, 141, 142, 143, 144, 145, 146

Juventude operária 210, 211, 212, 213, 214, 215, 221, 222, 223

L

Literatura 14, 15, 46, 48, 49, 50, 56, 57, 87, 150, 151, 175, 195, 205, 252, 253, 255, 259, 264, 265, 289

Literatura de viagens 46

M

Maçonaria 224, 225, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237

Marinha brasileira 127, 130, 133

Memória social 308, 309, 323

Militarização 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 158

Movimento social 295, 296, 297, 300

Mulheres viajantes 46, 47, 48, 50, 56, 57, 59

Música 25, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 220

N

Narrativas 35, 46, 47, 50, 52, 53, 57, 59, 138, 141, 142, 191, 241, 261, 278, 281, 309

P

Paulo Emílio Salles Gomes 252, 253, 259

Pirataria 14, 15, 16, 17, 18, 25, 29, 227

Política 33, 45, 60, 61, 63, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 80, 82, 84, 86, 87, 88, 89, 98, 106, 111, 112, 114, 115, 121, 122, 124, 125, 126, 138, 141, 142, 143, 149, 151, 153, 154, 159, 160, 161, 164, 166, 174, 176, 177, 178, 180, 181, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 201, 202,

204, 210, 211, 215, 217, 218, 223, 224, 226, 227, 228, 231, 234, 235, 236, 239, 242, 245, 246, 248,
249, 250, 259, 267, 268, 270, 271, 272, 273, 275, 277, 278, 281, 286, 287, 288, 290, 294, 297, 325
Posse de terras 298, 299, 300, 304, 306
Primeira república 126, 127, 148, 149, 150, 153, 154, 158, 159, 161, 162, 165, 171, 172, 174,
175, 176, 178, 180, 182, 183, 193, 197
Província do Amazonas 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82

S

Saúde pública 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 321
Sexicomedias 281, 282
Sociedade agrícola 99, 100, 101, 103, 104, 111

 **Atena**
Editora

2 0 2 0